



**Prestação de Contas
3º Quadrimestre 2016**

Estado do Espírito Santo

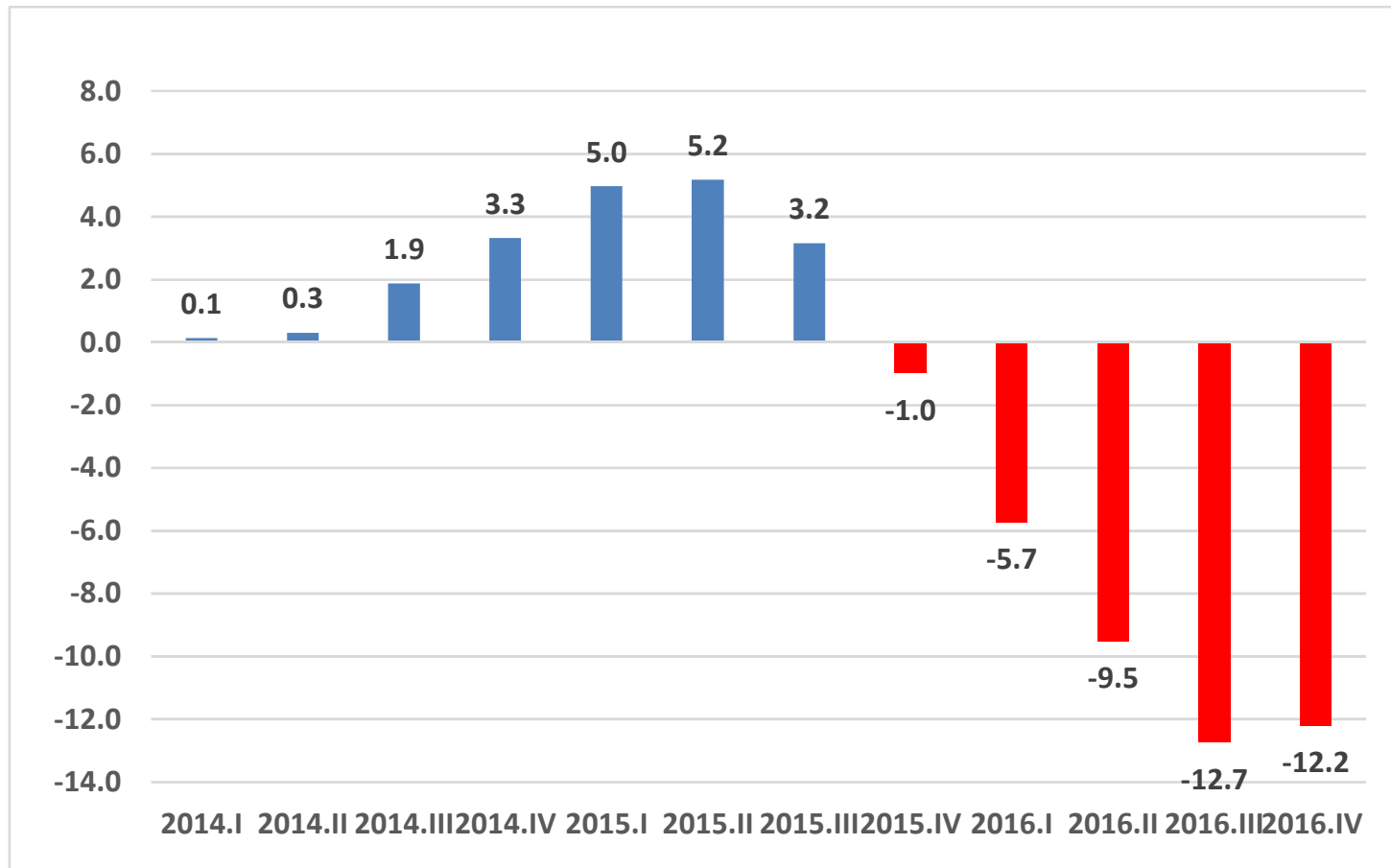
*Assembleia Legislativa
Vitória/ES, 20 de março de 2017.
Secretaria de Estado da Fazenda*



CONJUNTURA ECONÔMICA

Cenário Estadual

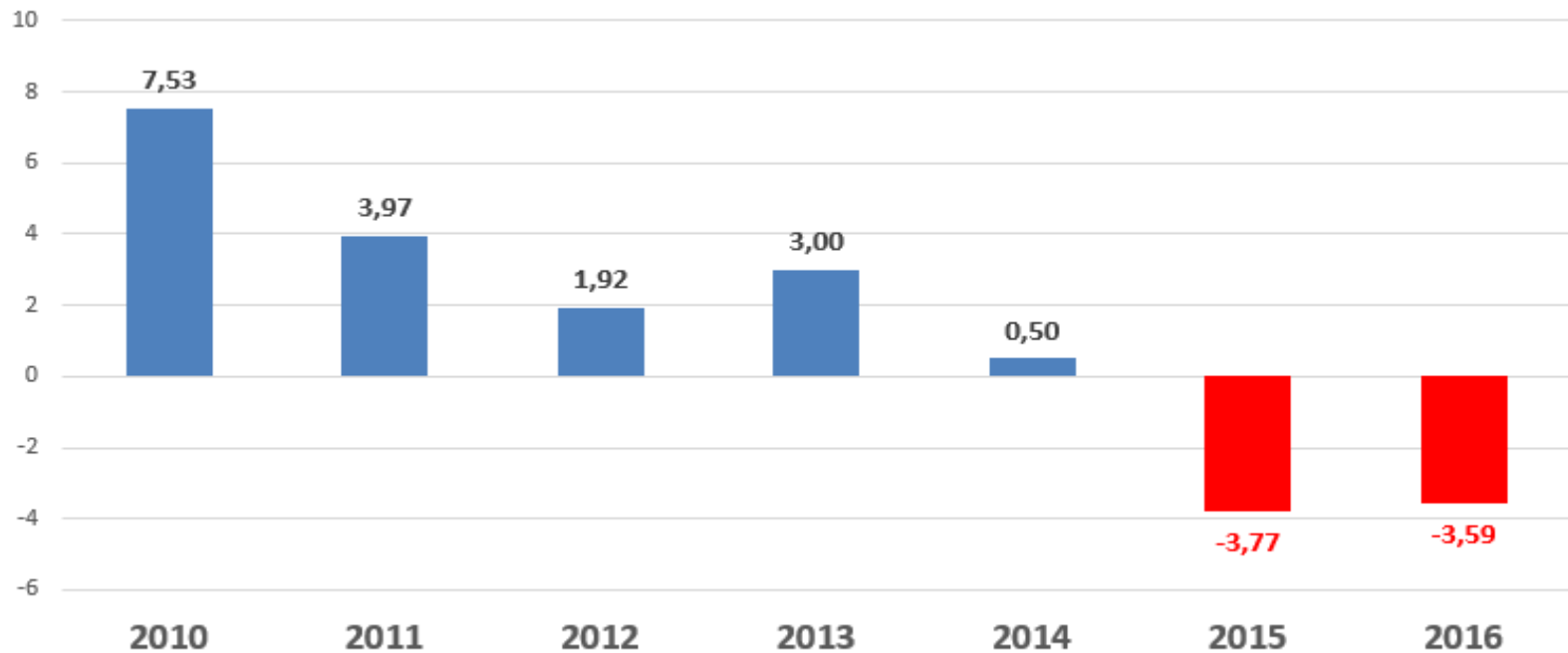
PIB Trimestral Espírito Santo Variação % acumulada em 4 trimestres



CONJUNTURA ECONÔMICA

Determinantes

Queda do PIB Nacional: a maior crise dos últimos 120 anos!



CONJUNTURA ECONÔMICA

Determinantes

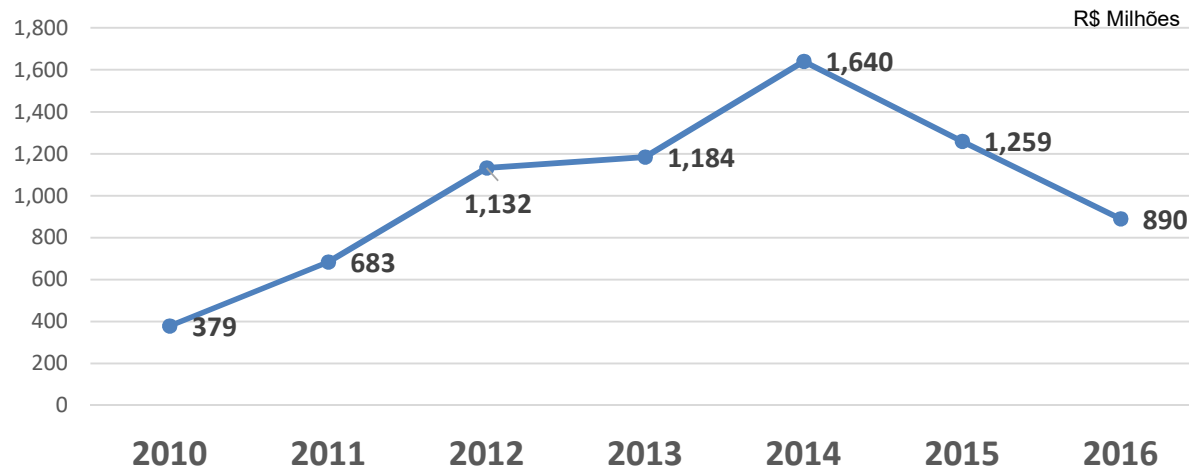


CONJUNTURA ECONÔMICA

Determinantes

Com o fim do superciclo do petróleo, a partir de 2015 essas rendas sofreram quedas acentuadas. Em 2016, houve decréscimo de **R\$ 750 milhões (queda real de 54%)** em relação a 2014.

Rendas Líquidas do Petróleo (Valores Correntes)



CONJUNTURA ECONÔMICA

Determinantes

IMPACTOS ECONÔMICOS DO DESASTRE DE MARIANA/MG

A inatividade da Samarco acarreta uma perda de arrecadação de 206 milhões em impostos estaduais em 2017, o que equivale a cerca de 2% da arrecadação tributária do Estado.

Inatividade da Samarco- Impacto Direto sobre a Arrecadação Tributária (Em R\$ Milhões)

Período Acumulado	Impostos Estaduais	Impostos Municipais
1 ano	206,2	8,5
5 anos	1.014,2	41,8
10 anos	2.463,3	101,4

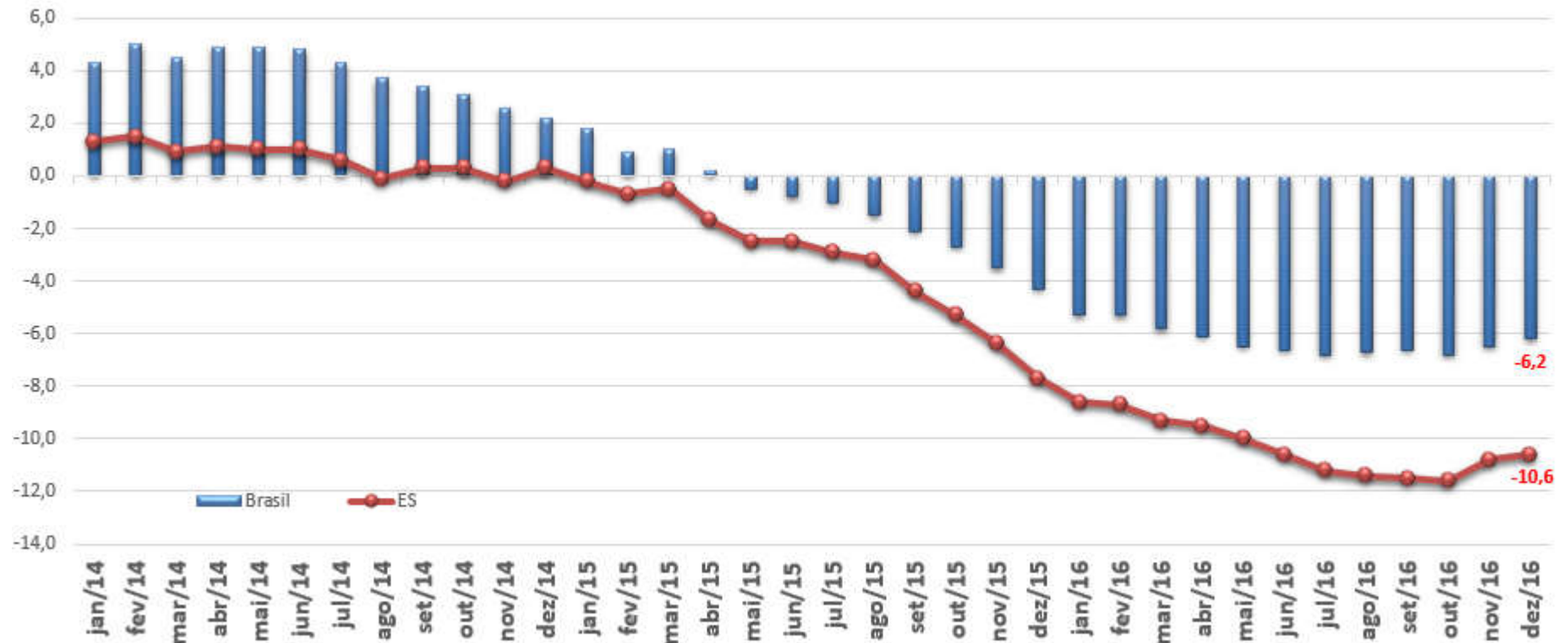
Fonte: Tendências Consultoria



CONJUNTURA ECONÔMICA

Cenário Estadual

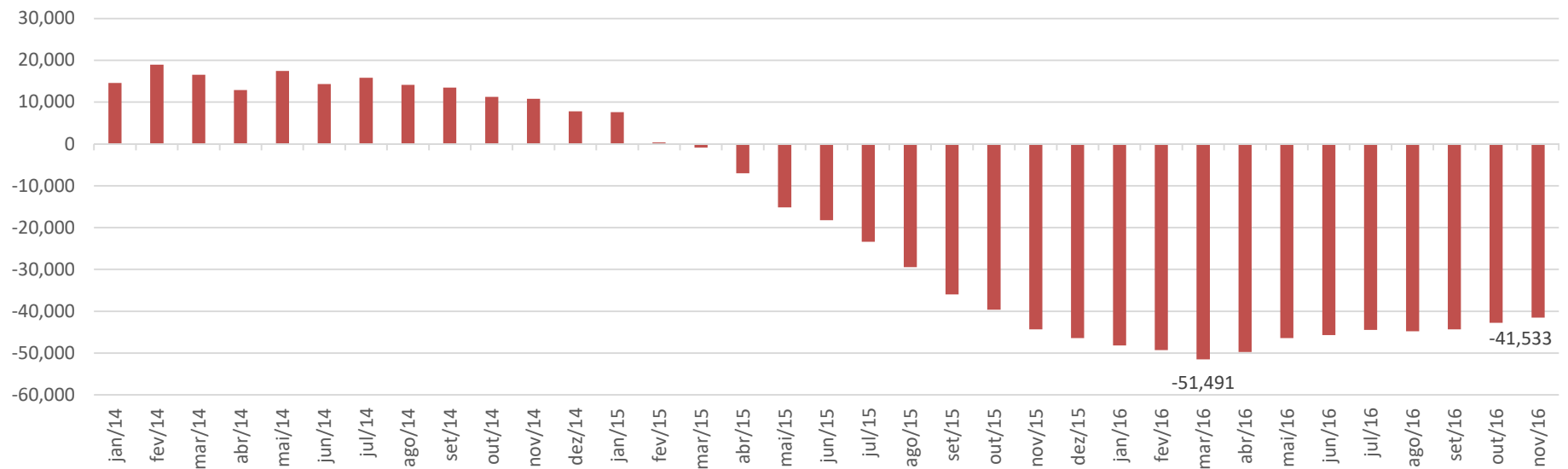
Volume de vendas do Comércio Varejista – Ampliado Variação % em 12 meses



CONJUNTURA ECONÔMICA

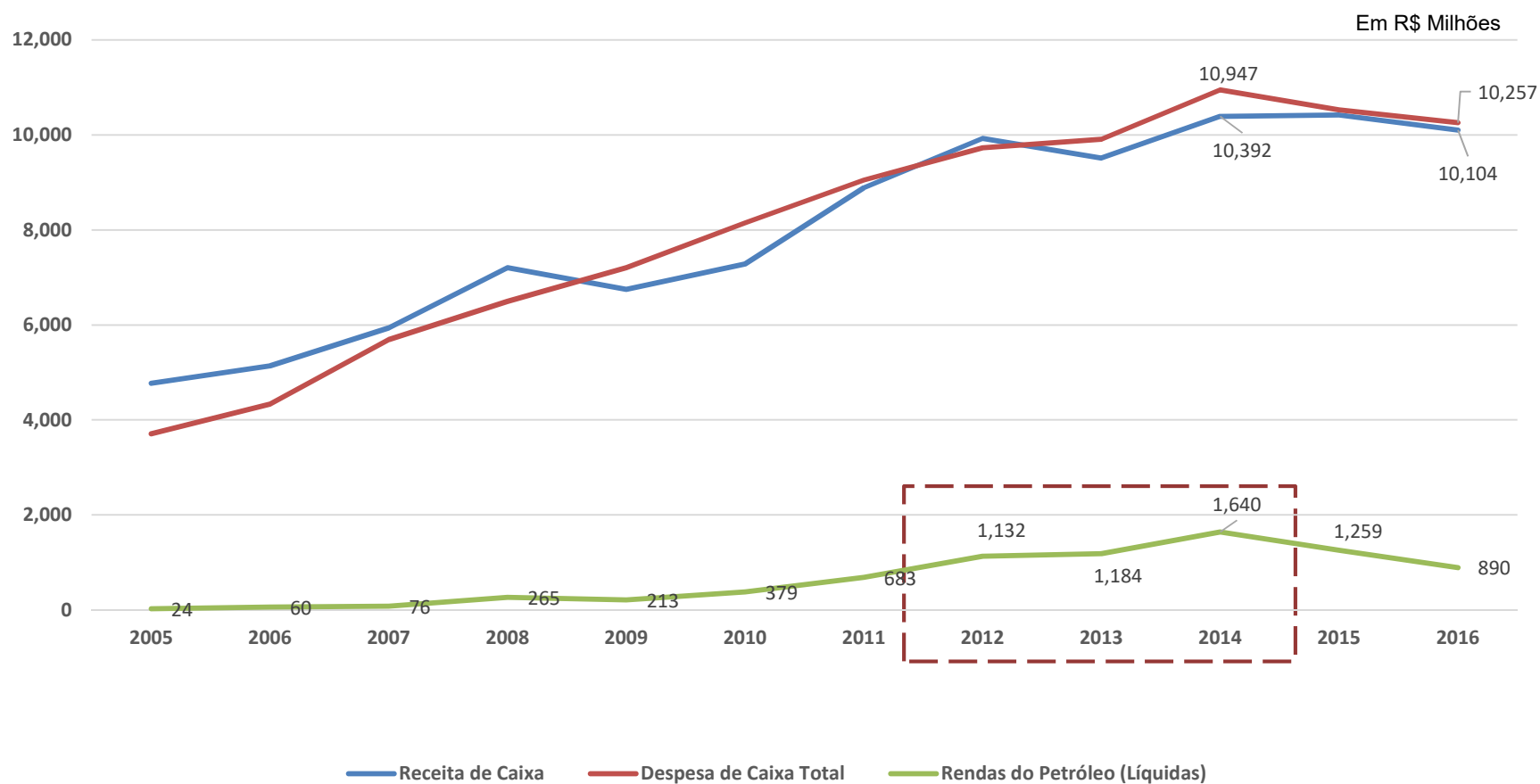
Cenário Estadual

Geração de postos de trabalho formais em 12 meses Espírito Santo



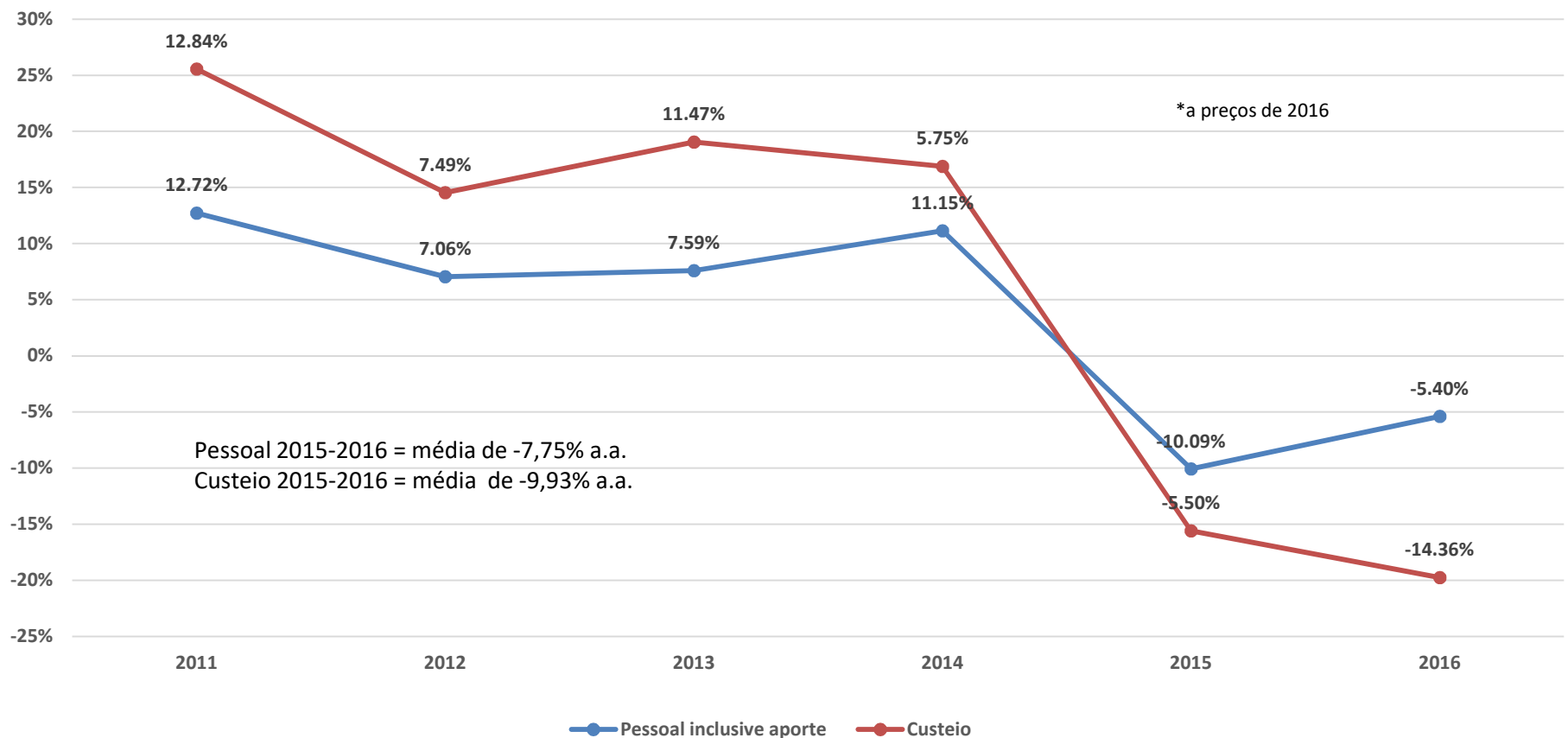
PANORAMA HISTÓRICO – CAIXA DO TESOURO

Receita de Caixa vs. Despesa de Caixa – Poder Executivo (valores correntes)



IDENTIFICANDO O AJUSTE FISCAL

Trajetória da Despesa de Pessoal e Encargos Sociais (inclusive aporte) Caixa do Tesouro – Poder Executivo



SITUAÇÃO FISCAL – 3º Quadrimestre de 2016

Resultado Primário

O resultado primário expressa o saldo entre receitas e despesas não financeiras (a economia para pagamento dos serviços da dívida). Em 2016, alcançou superávit de **R\$ 317 milhões** no acumulado do ano, representando **0,23%** do PIB estadual.

Em R\$ Milhões

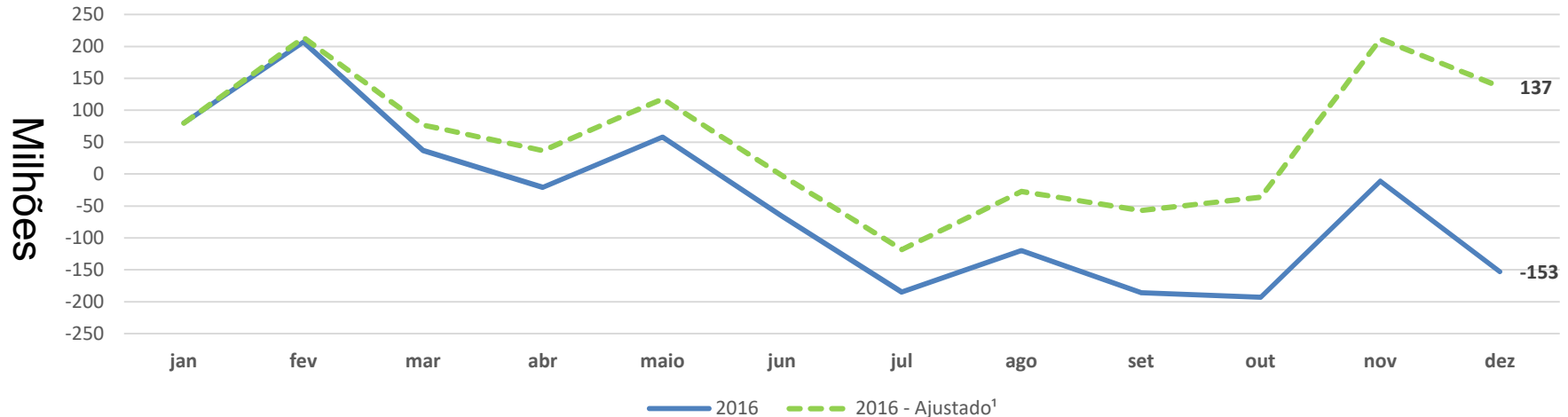


SITUAÇÃO FISCAL – 3º Quadrimestre de 2016

Resultado de Caixa do Tesouro

O resultado de Caixa do Tesouro estadual reflete o resultado orçamentário do Poder Executivo, **excluídos os recursos não diretamente administrados**. Em 2016, o **resultado final de caixa (computando os recursos de exercícios anteriores) foi superavitário em R\$ 137 milhões**.

Resultado de Caixa Do Tesouro - Acumulado Mês a Mês



¹ - Na linha "2016 – Ajustado" está sendo considerado o montante total de 290 milhões referente a recursos de caixa do tesouro de exercícios anteriores, especialmente os de fundos e autarquias que foram revertidos ao caixa do tesouro (LC nº 833/2016).



SITUAÇÃO FISCAL – 3º Quadrimestre de 2016

Resultado de Caixa do Tesouro - Receita

Em 2016, a receita de caixa do tesouro teve queda real de 8,8% em relação a 2015. A queda real mais acentuada é verificada nas rendas do petróleo (-32,8%).

Em R\$ mil

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADO	REALIZADO	2016/2015			2015/2014	
	ATÉ DEZ/2015	ATÉ DEZ/2016	DIFERENÇA	NOMINAL	REAL	NOMINAL	REAL
1. RECEITA TOTAL	14.816.084	14.797.830	-18.254	-0,1%	-6,0%	-1,3%	-10,8%
1.1 RECEITAS ADMINISTRADAS (IMPOSTOS E TAXAS)	11.183.793	10.515.374	-668.419	-6,0%	-11,5%	5,5%	-4,7%
ICMS Normal	8.301.039	8.070.611	-230.428	-2,8%	-8,5%	4,8%	-5,3%
ICMS FUNDAP	708.497	534.730	-173.767	-24,5%	-29,0%	-9,2%	-18,0%
OUTROS (IPVA, ITCD, IRRF, DÍVIDA ATIVA, ETC)	2.174.257	1.910.034	-264.223	-12,2%	-17,3%	14,6%	3,5%
1.2 RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS	4.535.476	4.544.120	8.644	0,2%	-5,7%	-7,2%	-16,1%
COTA-PARTE ROYALTIES E PART. ESPECIAL	1.358.568	970.711	-387.858	-28,5%	-32,8%	-23,4%	-30,8%
COTA-PARTE DO FPE	1.145.732	1.369.327	223.595	19,5%	12,4%	5,2%	-4,9%
RECURSOS PARA A EDUCAÇÃO - FNDE / FUNDEB	1.006.696	973.700	-32.996	-3,3%	-9,0%	4,7%	-5,4%
RECURSOS PARA A SAÚDE - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	552.751	579.333	26.582	4,8%	-1,4%	1,8%	-8,0%
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS (COTA-PARTE IPI, FEX, LEI KANDIR, ETC).	471.729	651.050	179.321	38,0%	29,8%	-9,0%	-17,8%
1.3 RECEITAS DO INST. DE PREVIDÊNCIA JERÔNIMO MONTEIRO	2.563.458	2.847.183	283.725	11,1%	4,5%	9,4%	-1,1%
1.4 OUTRAS RECEITAS (VOLUNTÁRIAS E OUTRAS)	681.875	897.548	215.673	31,6%	23,8%	4,4%	-5,6%
1.5 RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	391.423	299.084	-92.339	-23,6%	-28,1%	-54,2%	-58,7%
1.6 (-) RECEITAS TRANSFERIDAS	4.539.941	4.305.479	-234.462	-5,2%	-10,8%	4,7%	-5,4%
REPASSE CONSTITUCIONAL AOS MUNICÍPIOS	2.771.501	2.595.952	-175.549	-6,3%	-11,9%	4,0%	-6,0%
APORTE DE RECURSOS PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	1.768.440	1.709.527	-58.913	-3,3%	-9,1%	5,7%	-4,5%
(-)1.A - RECEITAS VINCULADAS	4.394.237	4.693.722	299.485	6,8%	0,5%	-4,7%	-13,9%
1. B - RECEITA DE CAIXA DO TESOUREO ESTADUAL (1 - 1.A)	10.421.847	10.104.108	-317.739	-3,0%	-8,8%	0,3%	-9,4%
1. C - RECEITA DE CAIXA DO TESOUREO ESTADUAL SEM RENDAS DO PETRÓLEO	9.163.105	9.213.800	50.695	0,6%	-5,4%	4,7%	-5,4%

- IPCA 2016: 6,29%
- IPCA 2015: 10,67%



SITUAÇÃO FISCAL – 3º Quadrimestre de 2016

Resultado de Caixa do Tesouro – Composição

Diante da forte queda das receitas de caixa (**R\$ 318 milhões**), para manter o equilíbrio financeiro, foram instituídas novas regras para contenção e qualificação do gasto público, renegociando-se contratos e reduzindo despesas.

Em R\$ mil

Execução do Tesouro	Até DEZ 2015	Até DEZ 2016	Diferença	Varição Nominal	Varição Real
1. RECEITA DE CAIXA DO TESOIRO ESTADUAL	10.421.847	10.104.108	-317.739	-3,0%	-8,8%
2. DESPESA DE CAIXA TOTAL (2.1 + 2.2)	10.529.989	10.256.907	-273.082	-2,6%	-8,4%
2.1 REPASSE DE DUODÉCIMOS AOS PODERES	1.740.726	1.839.000	98.274	5,6%	-0,6%
2.2 DESPESA EMPENHADA DO PODER EXECUTIVO	8.789.263	8.417.907	-371.356	-4,2%	-9,9%
PESSOAL (INCLUSIVE APORTE PREVIDENCIÁRIO)	4.882.794	4.928.837	46.043	0,9%	-5,0%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.285.569	2.074.395	-211.174	-9,2%	-14,6%
INVESTIMENTOS	208.369	125.789	-82.581	-39,6%	-43,2%
INVERSÕES FINANCEIRAS (FUNDAP E OUTRAS)	509.289	387.385	-121.903	-23,9%	-28,4%
AMORTIZAÇÃO E JUROS DA DÍVIDA	552.398	573.650	21.252	3,8%	-2,3%
PRECATÓRIOS	235.997	217.541	-18.455	-7,8%	-13,3%
PASEP	114.846	110.309	-4.537	-4,0%	-9,6%
3. RESULTADO DO TESOIRO ESTADUAL (1 - 2)	-108.142	-152.799	-44.657	41,3%	32,9%
4. RECURSOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	167.280	290.240			
5. RESULTADO FINAL DO TESOIRO ESTADUAL (3+4)	59.138	137.441			

* IPCA 2016: 6,29%



SITUAÇÃO FISCAL – 3º Quadrimestre de 2016

Meta de Arrecadação – Orçamento Reprogramado

Em virtude da forte crise econômica, a revisão do orçamento mediante a Programação Financeira contribuiu para dimensionar as ações de ajuste empreendidas pelos diversos órgãos do governo.

Metas de Arrecadação e Receitas Realizadas em 2016.

Em R\$ milhões

ESPECIFICAÇÃO	Meta de Arrecadação Anual	Arrecadação 2016	Diferença	Frustração %
Receita de Caixa do Tesouro	10.419	10.109	-310	-3%
Receita Vinculada	5.712	4.694	-1.018	-18%
Receita Total	16.130	14.798	-1.332	-8%



SITUAÇÃO FISCAL – 3º Quadrimestre de 2016

Limites Legais

Limites constitucionais, legais e metas fiscais foram cumpridos. Despesas de pessoal merecem atenção, pois o governo permanece no limite de alerta pelo conceito do TCEES.

Até Dezembro/2016	RCL Total (R\$ Mil)	Despesas de Pessoal (R\$ Mil)	% Despesas de Pessoal/RCL
LRF	11.884.435	5.149.975	43,33
TCEES	11.884.435	5.346.028	44,98
Limite Máximo da RCL %		49	
Limite Prudencial da RCL %		46,5	
Limite de Alerta %		44,1	

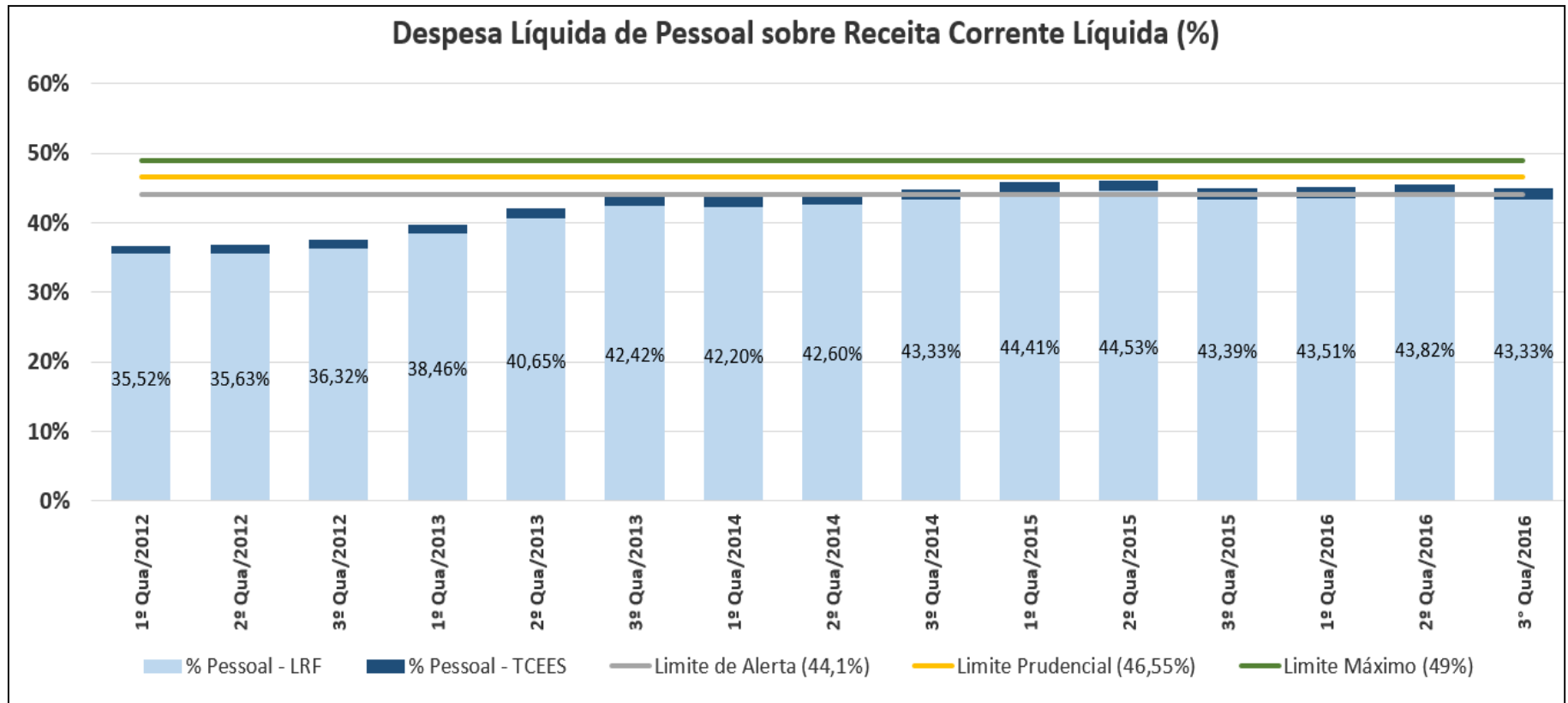
Despesa	Limites Mínimos	Aplicação 2016
Educação (MDE)	25%	27,09%
Magistério (FUNDEB)	60%	71,66%
Saúde	12%	16,87%



SITUAÇÃO FISCAL – 3º Quadrimestre de 2016

Limites Legais

Destaca-se que, no conceito do TCEES (que inclui o aporte previdenciário devido pelos demais poderes no limite do Poder Executivo), a Despesa de Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida continua acima do limite de alerta desde o segundo quadrimestre de 2014. Ao término de 2016, alcançou 44,98% nesse conceito.



Situação dos Estados

ÉPOCA

TEMPO IDEIAS VIDA CULINAS CANAIS ASSINE

8+ TW F RSS ASSINE ÉPOCA



ECONOMIA

Dez estados extrapolaram limite “prudente” de gastos com pessoal em 2016

No ano passado, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Minas Gerais foram os que mais comprometeram recursos próprios com esse tipo de despesa

LUÍS LIMA

14/02/2017 - 13h22 - Atualizado 14/02/2017 16h29

Fonte:

Época online - 14/02/2017

GASTANÇA SEM FREIO

Dez estados tiveram despesas acima do nível considerado prudente no ano passado.

O Rio de Janeiro lidera a lista

Dois desses estados, Rio de Janeiro e Minas Gerais, já **decretaram calamidade financeira**. O terceiro em situação crítica, o Rio Grande do Sul, ficou exatamente dentro do limite de alerta no ano passado, em 44,1%. Nesses três estados, o cenário é tão complicado que o governo teve de parcelar o pagamento de salários para seus funcionários.

Fitch: Brasil faz progressos na política, mas PIB fraco e dívida pesam

"No mais, alguns

Estados enfrentam forte estresse financeiro, inculindo um risco negativo para consolidação fiscal. Na ausência de taxas de crescimento mais elevados, é pouco provável que o gradualismo fiscal do governo Temer estabilize a dívida pública no curto prazo."

Fonte:

Estadão - 13/02/2017



SITUAÇÃO FISCAL – 3º Quadrimestre de 2016

Limites Legais

A Dívida Consolidada do Estado reduziu em 2016, especialmente por força da redução do estoque de precatórios. Embora mantenha-se muito abaixo do limite legal (26,41% da RCL para um limite de 200%), os serviços totais da dívida (R\$ 578 milhões) foram muito superiores à atual capacidade de investimento com recursos do Tesouro (R\$ 125 milhões) e tendem a dobrar até 2020 pela extinção do prazo de carência de operações recentemente contratadas, entre outros fatores.

Em R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	Saldo em 31/12/2015 (a)	Saldo em 31/12/2016 (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	7.034.528	6.809.780
DEDUÇÕES (II)	3.285.909	3.671.199
Disponibilidade de Caixa Bruta (exceto RPPS e ingressos extraorçamentários)	2.507.587	2.618.327
Demais Haveres Financeiros	1.020.173	1.329.936
(-) Restos a Pagar Processados (exceto Precatórios)	241.851	277.064
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	3.748.619	3.138.581
PASSIVOS RECONHECIDOS (IV)	957.604	637.446
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) - (III - IV)	2.791.015	2.501.136
RESULTADO NOMINAL (b-a)	-289.880	

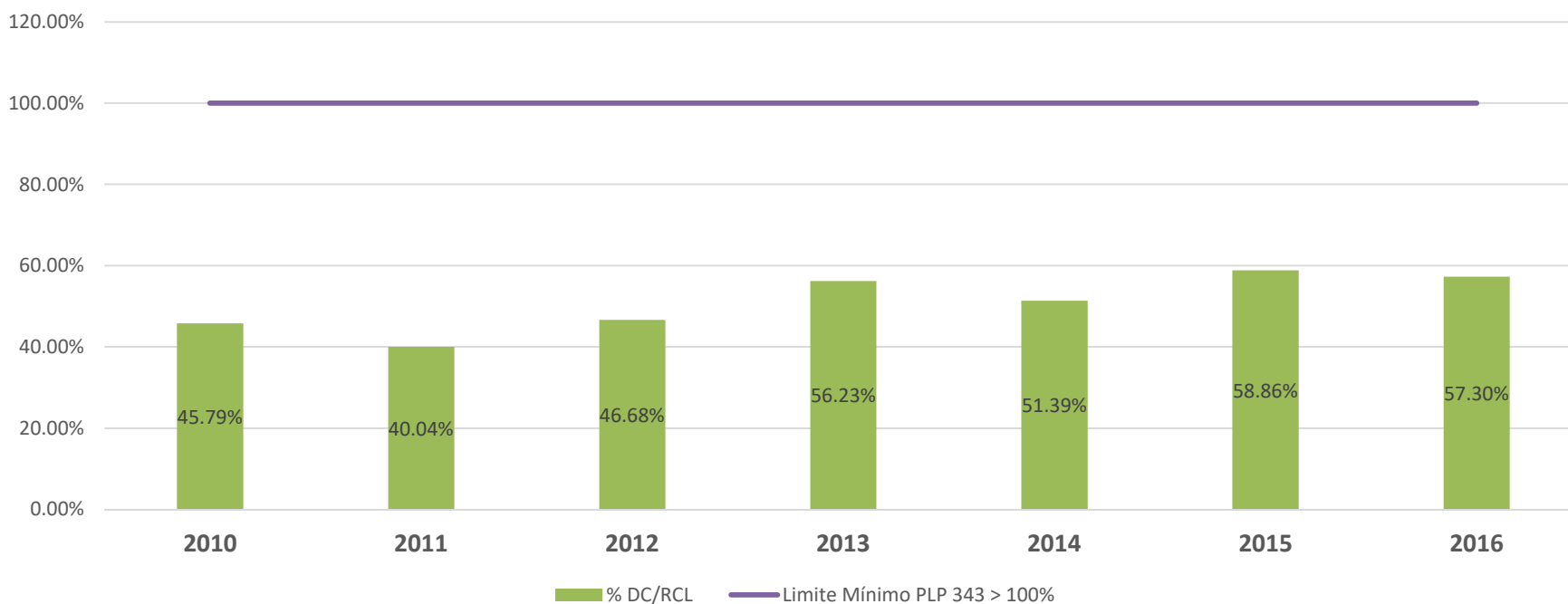


PANORAMA LEGISLATIVO NACIONAL

PLP 343/2017 – Regime de Recuperação Fiscal

São previstas três condições para a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal:

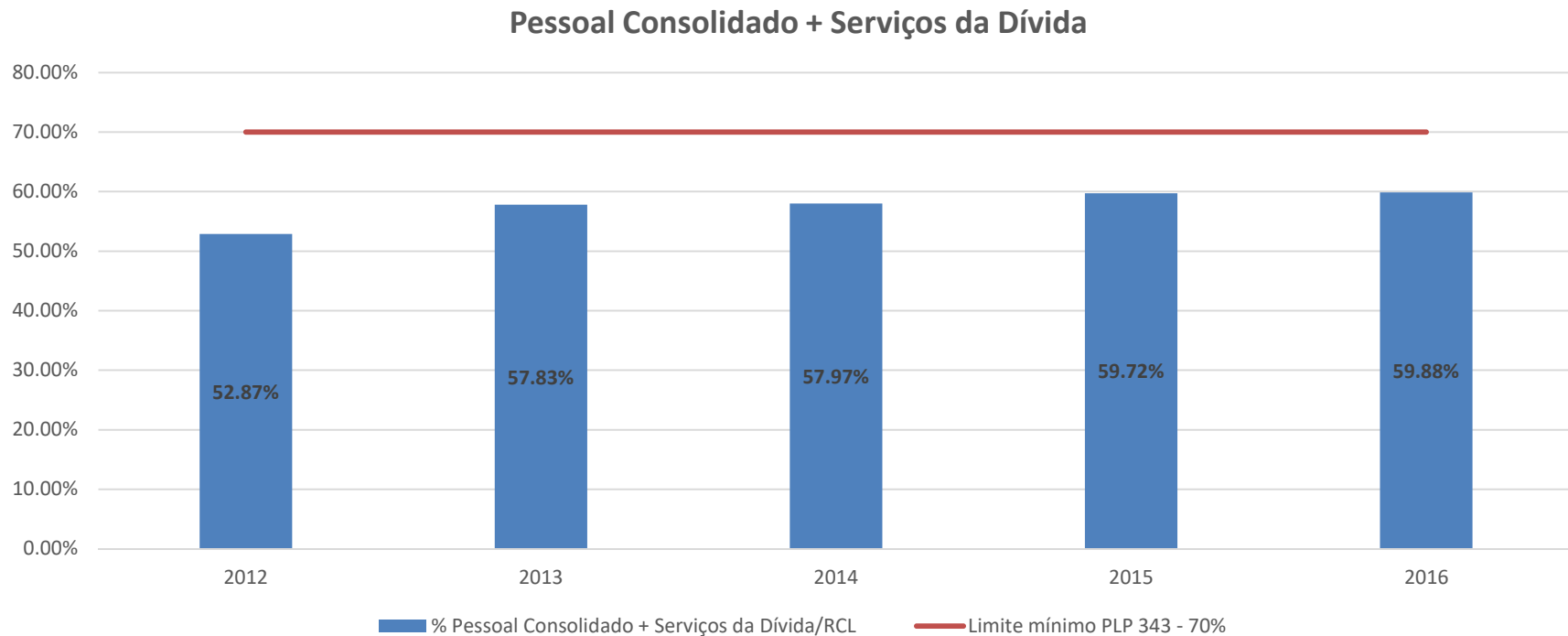
1ª Condição - Receita Corrente Líquida (RCL) menor que a Dívida Consolidada (DC) ao final do exercício financeiro anterior ao da solicitação de ingresso.



PANORAMA LEGISLATIVO NACIONAL

PLP 343/2017 – Regime de Recuperação Fiscal

2ª Condição – Despesas liquidadas com pessoal, na forma do art. 18 da LRF, com juros e com amortizações, que somados representem, no mínimo setenta por cento da RCL aferida no exercício financeiro anterior ao da solicitação de ingresso:

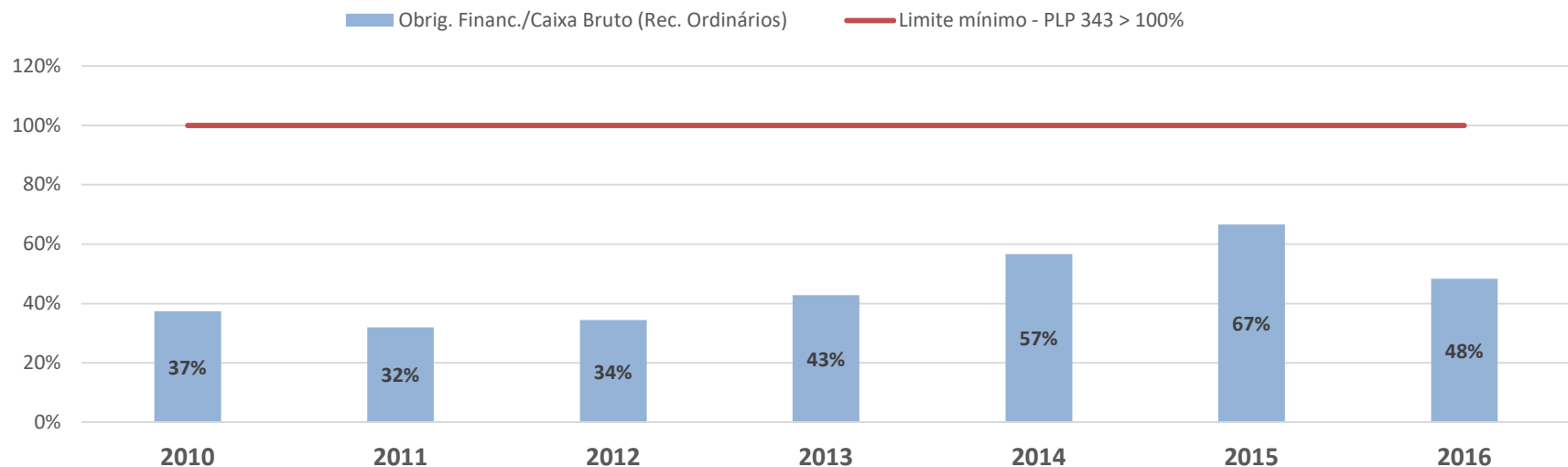


PANORAMA LEGISLATIVO NACIONAL

PLP 343/2017 – Regime de Recuperação Fiscal

3ª Condição – Valor total das obrigações contraídas maior que as disponibilidades de caixa e equivalentes de caixa de recursos sem vinculação:

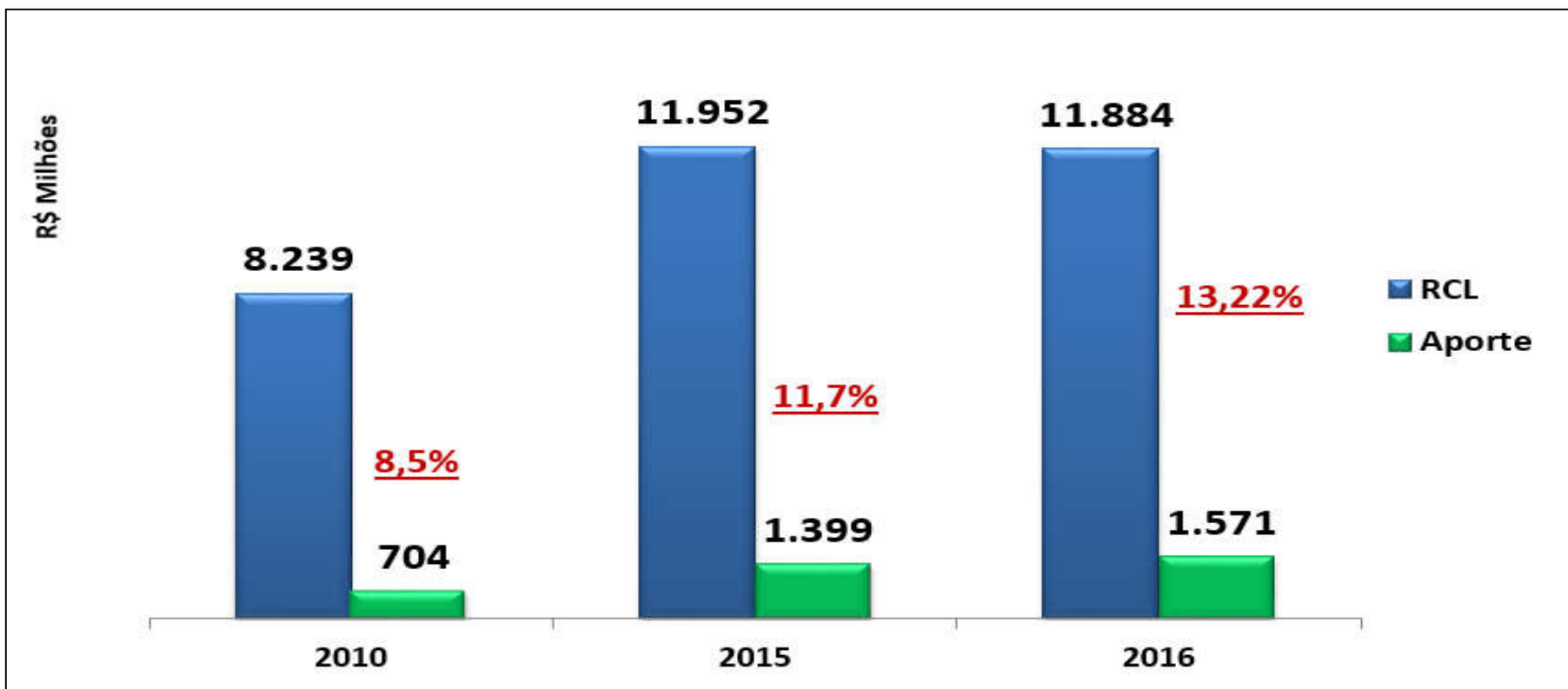
Poder Executivo



SITUAÇÃO FISCAL – 3º Quadrimestre de 2016

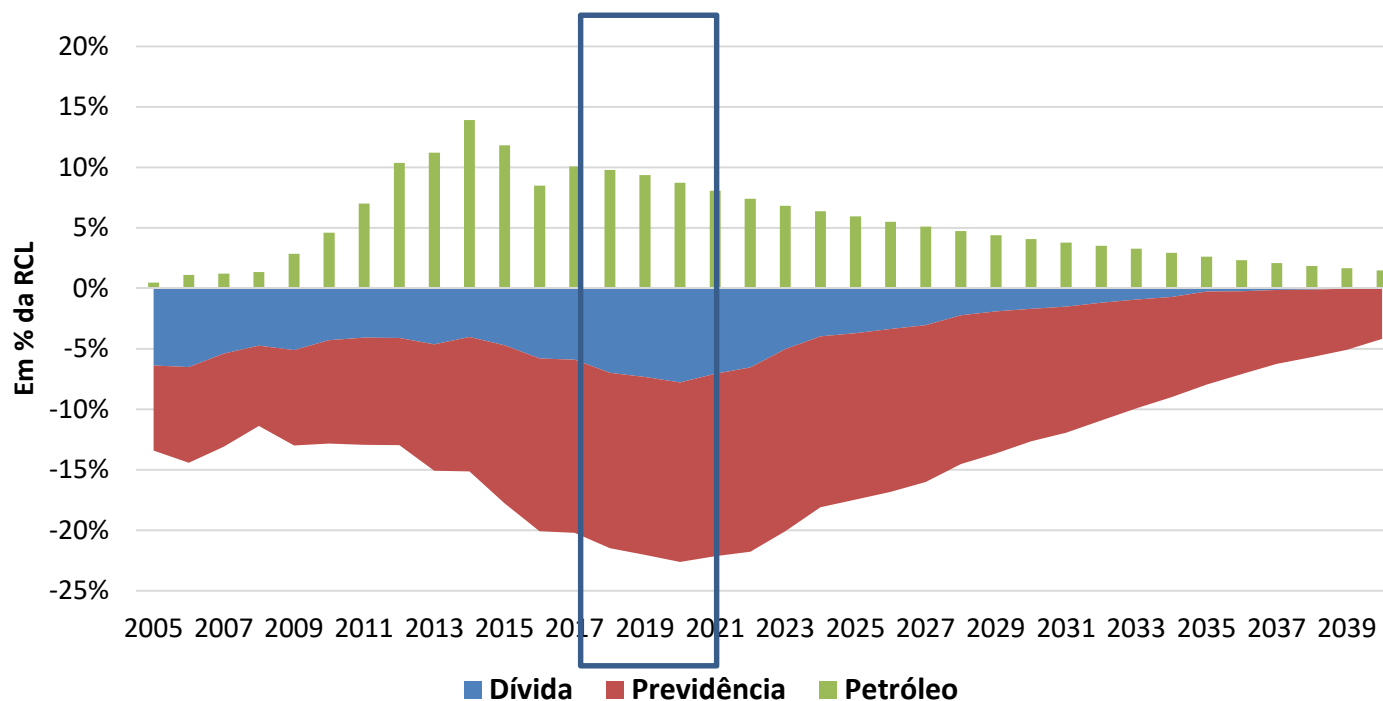
Evolução do Aporte Previdenciário do Poder Executivo

Contribuição complementar do Poder Executivo para cobertura do déficit do RPPS (aporte) em constante aumento. Em 2016 atingiu o patamar de 13,22% da RCL.



Em busca do equilíbrio fiscal

Até 2020, gastos com o fundo financeiro da previdência e encargos da dívida tendem a aumentar +5 p.p. da RCL. Valor correspondente à renda petrolífera não será suficiente para pagamento do aporte previdenciário.



Nota: A previsão de receitas de petróleo foi realizada tendo em vista um ciclo de vida útil de 25 anos, considerando os fatores de recuperação atualmente empregados, taxa de câmbio de R\$ 3,50, Brent U\$ 50,00 e um Diferencial médio de preços (Dc) entre os derivados do petróleo nacional e do Brent de -14.



SITUAÇÃO FISCAL – 3º Quadrimestre de 2016

Disponibilidades Financeiras

A disponibilidade de recursos livres do Tesouro foi revertida para R\$ +182 milhões em 31 de dezembro de 2016. Embora um avanço, esse valor ainda é muito pequeno para reduzir a vulnerabilidade do Tesouro, diante de uma folha salarial média mensal de R\$ 411 milhões (caixa do tesouro) e de uma execução de caixa próxima a R\$ 0,9 bilhão / mês.

PODER EXECUTIVO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	Obrigações Financeiras	Disponibilidade Líquida Final
	2016	2016	2016
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	2.614.061.886,44	4.191.088,27	2.609.870.798,17
Ordinários (recursos livres)	353.585.341,51	171.121.691,09	182.463.650,42
Vinculados (exceto RPPS)	1.881.421.040,08	400.816.755,49	1.480.604.284,59
Educação	186.312.362,16	54.878.267,36	131.434.094,80
Saúde	281.152.384,57	167.909.426,23	113.242.958,34
Operações de Crédito	627.936.894,81	39.640.992,78	588.295.902,03
Convênios	147.478.772,37	10.272.317,28	137.206.455,09
Fundos	228.389.548,17	25.200.305,07	203.189.243,10
Autarquias	66.382.708,87	4.388.417,66	61.994.291,21
Contrapartidas	14.338.644,35	3.481.078,52	10.857.565,83
Outras	329.429.724,78	95.045.950,59	234.383.774,19



SITUAÇÃO FISCAL

Resultados 3º Quadrimestre de 2016 – LRF.

OBRIGADO!

